

## **Adoecimento docente na rede pública de ensino do município de Belém – Pará – Brasil: uma *análise pós pandemia*.**

Julienne Edienne Pereira Pantoja Monteiro/UFPA  
julienepereira@hotmail.com

Maria Conceição dos Santos Costa/UFPA  
concita.ufpa@gmail.com

### **RESUMO**

O texto tem como objetivo analisar os dados epidemiológicos da Rede Municipal de Educação de Belém-RME, afim de evidenciar a realidade, no que se refere ao adoecimento dos/as docentes pós-pandemia do coronavírus SARS-CoV-2. A metodologia adotada, se caracteriza como de abordagem qualitativa, assentada no materialismo histórico dialético, a partir do relatório anual emitido pela Secretaria Municipal de Educação de Belém-SEMEC. Os resultados revelam a incidência de 02 (duas) patologias em maior prevalência, as doenças do sistema osteomioarticulares e os transtornos mentais/depressão; também aponta para um quantitativo expressivo e alarmante de adoecimento docente na rede no ano de 2022. Conclui-se da importância em evidenciar e discutir acerca do quadro epidemiológico dos/as educadores/as, sobretudo no período pós-pandemia, de retorno as aulas presenciais, pois sinalizam quais processos de adoecimentos que mais acometem os/as docentes e com isso quais as possíveis estratégias a serem tomadas diante dos resultados obtidos, especialmente após o período da pandemia do ano de 2020.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho Docente. Adoecimento Docente. Educação básica.

### **INTRODUÇÃO**

O sistema capitalista é historicamente marcado por crises internas, que permitem reorganizações, reestruturações e criam alternativas para a “superação” das tensões, as quais visam a “recuperação” de lucros por parte do capital. Para Mészáros (2011,p.17), estas crises, próprias do capitalismo, para o aumento cada vez maior do lucro em função da exploração do trabalho, seguem uma tendência em sofrerem processos de piora e aprofundamento, ao ponto de “ invadir não apenas o mundo das finanças globais [...], mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural”, assim como invadiu e alterou a saúde e vida pessoal/afetiva dos sujeitos, a organização da classe trabalhadora, os espaços laborais, direitos trabalhistas, a forma de cuidar/ser cuidado e ainda como enxergamos/lidamos com o

adoecimiento, especialmente aquele relacionado ou em decorrência do trabalho, sobretudo o adoecimento mental.

A educação, assim como outros campos da sociedade, não está imune as transformações e ditames definidos/impostos pelo capital, ela segue a mesma lógica dos outros setores, com o papel de uma organização que possa assegurar a manutenção do sistema, sob direcionamento, atualmente, da versão mais cruel e desumana do capitalismo: o neoliberalismo (Laval, 2019). Assim os processos educacionais, como o currículo, avaliações, políticas públicas, carreira/remuneração e formação docente, foram e são totalmente afetados e redirecionados de forma a atender/manter a lógica perversa e mercadológica do capital.

Nessa nova conjuntura o/a trabalhador/a docente, em especial o/a professor/a, sofre com as consequências desse processo, em ambientes de trabalho cada vez mais precários e intensificados dispostos nas sociedades contemporâneas, assim como as frágeis relações entre os sujeitos; a intensificação do trabalho para alcançar altos níveis de produção, impostas pelo capital, exigindo assim do/a trabalhador/a grandes esforços físico e mental; longas jornadas de trabalho; excesso de alunos/a por turma; espaços educacionais em condições mínimas de trabalho; ausência ou insuficiência de recursos (material e humano); os altos níveis de violência, entre tantos outros, que podem gerar ou contribuir para o adoecimento docente, com ênfase no adoecimento mental, como afirmam Tostes, et al. (2018, p.89-90): “O professor, em seu trabalho, enfrenta inúmeros desafios e assume grandes responsabilidades, constituindo uma das categorias profissionais mais sujeitas a apresentar sofrimento mental”.

É importante contextualizar a educação, o processo do trabalho docente, os/as trabalhadores/as, neste sistema desumano e cruel dirigido por políticas neoliberais, pois isto implica diretamente nas condições e na constituição de trabalho do/a professor/a; e conseqüentemente na saúde/adoecimento destes/as docentes. O/a educador/a, sofre, além das condições de trabalho (precário e intenso), o adoecimento como resultado e em constante relação com as especificidades do trabalho docente, vivencia também um processo contínuo de desvalorização da carreira docente, gestadas por políticas educacionais dentro da Nova Gestão Pública, com a redução salarial, baixas perspectivas de progressão na carreira, dentre outros. Para Oliveira (2018, p.47):

Esse processo tem resultado em perda da estabilidade no emprego, diminuição de concursos públicos, achatamento salarial e corrosão das carreiras, falta de perspectivas de promoção, entre outros. São processos de desestabilização, desinvestimento e mercantilização que impactam diretamente as relações de trabalho dos docentes, promovendo uma reestruturação da profissão.

Esse cenário de precarização da educação, em especial a educação pública, e do mundo do trabalho de forma geral, foi intensificado e expandido com o advento da pandemia da covid-19 no ano de 2020. Com uma demanda de trabalho que invadiu os lares de diversos/as trabalhadores/as no mundo inteiro, ultrapassou assim o espaço físico do trabalho, com atividades as quais, muitos/as trabalhadores/as não estavam preparados a desenvolver; no que se refere aos/as professores/as, as demandas, sobretudo relacionadas ao uso da tecnologia para a manutenção das aulas em formato on-line, além de gerar uma sobrecarga de atividades, evidenciou a ausência de suporte-condições objetivas e formação permanente para estes/as trabalhadores/as, Oliveira (2020, p.35) pontua isso:

A dificuldade em lidar com ferramentas digitais e a ausência de formação específica para a utilização de tecnologias para o ensino remoto podem acarretar um aumento do tempo de trabalho para a realização das aulas, o que resulta em aumento das horas dedicadas ao trabalho, portanto, em sobrecarga. Essa situação tem sido fonte de sofrimento para os docentes, somada aos receios e angústias que se relacionam diretamente com o contexto da pandemia e a insegurança em relação ao futuro. A exposição aos riscos de adoecimento e os níveis de segurança nos ambientes ocupacionais, ainda que virtuais, influenciam diretamente a vida dos profissionais.

O cenário pandêmico evidenciou-se uma nova realidade de professores/as, imersos/as em um contexto educacional totalmente novo, imposto pela Pandemia, com aulas remotas, muitas sem nenhum suporte tecnológico ou formação para o manuseio adequado, excessos de reuniões virtuais, a perda da privacidade com a intensidade de grupos no WhatsApp e nas plataformas dos sistemas de ensino, entre tantas outras transformações no que tange o desenvolvimento do trabalho docente na pandemia da Covid-19. Matos (2022, p. 14) pontua que aos/as professores/as foram impostas, no período pandêmico “novidades e necessidades

que remodelaram o contexto social com o qual estavam habituados”. Afirma ele “a nova realidade resultou na resignificação de tempos e espaços, em um movimento que pode ter causado – ou, em determinados casos, potencializado – sofrimentos, angústias e limitações”.

Além da pandemia, o Brasil vivenciou no período de 2019 a 2022, sob liderança do então presidente, conservador e militar reformado de extrema-direita, Jair Bolsonaro, momentos de retrocesso em todos os setores da vida humana. O campo educacional recebeu inúmeros ataques, as instituições de ensino, educadores/as foram “intitulados de doutrinadores”, com constantes ameaças à liberdade de expressão; havia ainda a defesa “velada” do retorno de militares ao poder, uma “afeição” por autoridades ligadas a tortura na época da ditadura militar no Brasil, disseminação de fake News, negacionismo entre tantas outras. As atrocidades/retrocessos cometidas (especialmente no campo da educação pública) durante o governo Bolsonaro, possuíam um direcionamento claro para atender as ordens do capital. (Masson e Torriglia, 2023).

Masson e Torriglia (2023, p.27) informam a respeito quando dizem: “[...] já no seu processo de campanha eleitoral, Bolsonaro anunciava o controle ideológico da educação, especialmente dos professores e do conteúdo do currículo escolar, além do apoio à militarização das escolas e ao *homeschooling*”.

Como fator crucial tem-se, ainda, neste espaço de tempo do governo Bolsonaro, a Pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, segundo dados do Ministério da Saúde, o Brasil teve 706.531 (Setecentos e sei mil, quinhentos e trinta e um) óbitos de brasileiros/as ocasionados em decorrência da pandemia. Uma tragédia de ordem sanitária, neste caso uma pandemia com proporções a nível global, com influência direta ou indireta nos processos de trabalho e adoecimento de um modo geral. Os/as professores/as e o trabalho desenvolvido por estes/as, não fogem a esta realidade. A pandemia afetou e alterou a forma de viver e trabalhar do sujeito, maximizou as condições já precárias de trabalho existentes no cenário mundial.

Antunes (2022, p.21) destaca “Foi no solo da crise estrutural que pandemia se proliferou intensamente, levando à morte de milhões de pessoas em todo mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras”. O ambiente de trabalho, na educação

pública brasileira, em condições de precarização e sob um regime autoritário e neoconservador, foi duramente intensificado com a pandemia.

No que tange o adoecimento do/as educadores/as no contexto pandêmico, especialmente ao que se refere ao adoecimento mental, que pode ter influência direta ou indireta do trabalho, conforme destaca Barros (2021, p.3) quando diz que “os/as professores/as precisaram inventar estratégias de ensino, além de terem sentido o peso do aumento da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde mental”.

O presente artigo trata sobre o trabalho docente e o processo de adoecimento de professores/as da Rede Municipal de Ensino de Belém – Pará – Brasil (RME) no período pós pandemia. A questão problema que norteou esta investigação configura-se em: Quais patologias acometem os/as trabalhadores/as docentes da RME no exercício do trabalho no período de retorno ao trabalho pós pandemia da COVID-19? Nessa direção, o objetivo geral é analisar a condição de adoecimento dos/as trabalhadores/as docentes e as patologias que acometem estes/as no período do estudo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia que sustenta este trabalho está assentada no materialismo histórico dialético (Lefebvre, 1991) e lançamos mão de dados epidemiológicos da RME correspondente ao período pós pandemia, sobretudo o ano de 2021, mapeando os processos de adoecimentos por licença saúde, a partir dos dados do Instituto de Previdência dos Servidores públicos do município de Belém-IPMB e da Secretaria Municipal de Educação de Belém – Pará – Brasil (SEMEC). No entanto também utilizamos dados referente ao ano de 2022, no contexto temporal de 02 (anos) após a pandemia da COVID-19.

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, da análise dos dados epidemiológicos disponibilizados pela RME de Belém. Sobre este tipo de pesquisa Minayo (1994, p.21) destaca que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

A pesquisa qualitativa, no campo educacional, permite analisar os sujeitos de forma individual e coletiva, abrangendo questões econômicas e sociais, na busca de correlações entre o objeto de estudo, no caso particular desta pesquisa, o adoecimento docente, com as mudanças no contexto histórico da sociedade, sobretudo no que se refere ao sistema capitalista, tendo em vista a influência desse sistema no mundo do trabalho, nas relações entre os sujeitos e ainda na educação. Nesse aspecto, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operações de variáveis (Minayo, 1994, p.21-22).

## **DESENVOLVIMENTO**

No período pós pandemia se evidencia um agravamento da condição de adoecimento, em especial, a saúde mental do/a professor/a, conforme afirmam Oliveira e Santos (2021, p. 39195) quando dizem que “a pandemia causada pelo novo Coronavírus, as mudanças têm-se intensificado. Mudanças estas que causam repercussões, direta ou indiretamente, em toda organização social e que geram impactos significativos na saúde mental do professor”.

O adoecimento faz parte do processo de vida de todo ser humano, assim como a preocupação com o bem-estar e saúde de um modo geral, seja este adoecer resultado de um acidente, uma condição genética ou ainda fruto do meio, das relações com o outro, do trabalho, contudo jamais se pode normalizar esse processo como inerente a vida humana, para Maia ( 2022, p.27) “ o sofrimento depende de uma gramática estruturada pelo desejo, pela linguagem e pelo trabalho”

O sentimento de preocupação, angustia e desespero, podem tornar-se frequentes dada uma situação de enfermidade, especialmente no que se refere aos adoecimentos de ordem psicossomática ou ainda fruto do espaço laboral, as chamadas doenças ocupacionais, uma vez que, ainda há muito preconceito e falta de informação quanto ao adoecimento mental, quanto a imagem feita do sujeito que sofre e vivencia adoecimentos de ordem emocional.

Melo (2017, p.14) aponta “Estes estereótipos e preconceitos afetam diferentes esferas de suas vidas, desde as relações interpessoais, o empoderamento sobre o próprio processo, o autoconceito, a autoestima, a disposição de procurar ajuda profissional, até prejuízos no tocante à vida profissional”. Quanto ao desenvolvimento de agravos à saúde, relacionados de forma direta ou indireta ao espaço laboral, os quais geram adoecimento ao/a trabalhador/a, Macedo (2017, p.46) afirma “A jornada de trabalho invade a vida privada. O tempo de lazer fica cada vez menor. O trabalho aprisiona a própria vida. Ocorre desgaste físico e emocional”.

Na educação pública, o adoecer, é um verbo muito presente, infelizmente, no dia-a-dia dos/as docentes e ainda de outros/as profissionais da educação, seja em decorrência da intensificação do trabalho, com jornadas intensas e cansativas, seja ainda a cobrança da comunidade escolar, a predisposição genética, a violência, a ausência ou insuficiência de recurso pedagógicos, e ainda o medo de retornar ao espaço de trabalho no contexto pandêmico, esse sentimento de insegurança constante pode desencadear ou intensificar processos ansiosos, síndrome do pânico, estresse pós-traumático e ainda a depressão.

Dantas e Amazonas (2016, p.48) trazem a seguinte conceituação sobre adoecimento: “[...] o conceito de adoecimento, para citar alguns, são construções sociais que se edificam a partir dos saberes permitidos a cada sociedade”. Nesse aspecto, o adoecimento é parte do processo de vida do ser humano, seja este adoecer resultado de um acidente, uma condição genética ou ainda fruto do meio, das relações com o outro, incluindo as do trabalho. Porém é importante não naturalizar esse processo, assim cometeremos o erro de acreditar que o adoecimento é inerente ao mundo do trabalho. É necessário portanto problematizar essa realidade, afim de compreender as origens do adoecimento no trabalho e ainda na construção de políticas educacionais e ações de cuidados.

Murta (2001) aponta em seu estudo que o exercício do magistério promove uma série de sofrimento aos/as docentes que abarcam os sofrimentos físicos e até psíquicos e estes sofrimentos são, em certa medida, causas de afastamento temporário ou definitivo da sala de aula. Nessa mesma perspectiva, Diehl e Marin (2016, p. 79), destacam alguns fatores que levam ao adoecimento dos docentes, independentemente do nível de ensino. Para eles dentre esses fatores estão “à organização do trabalho, falta de reconhecimento, problemas comportamentais dos alunos, pouco acompanhamento familiar e deficiências no ambiente físico”.

A Secretaria Municipal de Educação de Belém-SEMEC possui 4.269 servidores/ as efetivos/as, distribuídos/as em 201 espaços de trabalho, destes 3.166 são mulheres e 1.103 são homens. Dados da SEMEC, a partir do perfil epidemiológico elaborado pelo Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (NAST), revelam que, no período do estudo, foram emitidas 1908 portarias referentes a laudos médicos periciais, deste total, 726 servidores/as tiveram algum tipo de afastamento, como: redução de carga horária, readaptação funcional e licença acompanhamento.

Por adoecimento próprio do/a servidor/a foram 664 casos. Quando se analisa os dados quanto ao tipo de adoecimento, pode-se observar que os problemas dos tecidos conjuntivos, ósseo e muscular corresponde a 41,26% dos casos. Historicamente estes são os de maior incidência entre os/as professores/as da SEMEC. O segundo maior índice é de doenças mentais e comportamentais que correspondem a 30,72%. As doenças relacionadas a essas patologias apresentam aumento significativo e nos chamam a atenção, pois em períodos antes pandemia (2015-2018) essa estatística aponta que estes afastamentos, em média, eram de 18,73%, um crescimento, portanto, de 60,9% (Belém, 2021).

Na tabela abaixo verifica-se os 05 (cinco) tipos de adoecimentos em maior prevalência na RME no ano de 2021:

**Tabela 1 – ADOECIMENTOS EM MAIOR INCIDENCIA NO ANO DE 2021**

Tipo de adoecimento	Quantidade de servidores/as	Percentual de servidores/as
Problemas dos tecidos conjuntivo, ósseo e muscular	274	41,26%
Doenças mentais e comportamentais	204	30,72%
Representa as causas e os fatores externos que podem gerar lesões como queimaduras, envenenamentos, intoxicações e machucados pelo corpo.	73	10,99%
Distúrbios do sistema nervoso central	63	9,49%
Todos os tipos de câncer, independente se são maligno ou benigno, e a região na qual ele se desenvolveu.	55	8,28%

Fonte: Relatório anual NAST/SEMEC 2021.

O relatório apresentado em 2021, aponta para um crescimento do adoecimento mental da RME, quando comparado a outros anos. É possível correlacionarmos esse aumento com a

pandemia e suas implicações no trabalho e trabalhador/a docente, no entanto a COVID serviu como um meio catalisador e expansivo para uma realidade já existente.

O contexto neoliberal, posto em maior evidência na pandemia, no qual a exploração sobressai ao bem-estar do/a trabalhador/a, no qual o trabalho não é sinônimo de prazer, ao contrário, observa-se a valorização do sofrimento associado ao trabalho, uma vez que deste resulta-se um possível “sucesso/crescimento” para o/a trabalhador/a (Dunker, 2022). O neoliberalismo não alterou apenas as organizações econômicas, as relações de troca, consumo e produção, também provocou alterações a respeito de como entendemos e enxergamos o sofrimento humano, Dunker (2022, p.182) aponta isto quando:

[...] Ele representou uma nova moralidade que prescreve como devemos sofrer sobre o neoliberalismo, tendo na sua cúspide preferencial a síndrome depressiva. Até agora o sofrimento não é mais um obstáculo para o desenvolvimento da indústria, mas pode ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho e é isso que caracteriza o neoliberalismo no contexto das políticas de sofrimento: a individualização, intensificação e instrumentalização.

O sofrimento e/ou adoecimento, para o sistema neoliberal, não é mais um fator impeditivo para a produção - preocupação com bem-estar social é deixada para trás - esse fato pôde ser presenciado durante a pandemia, independente das mortes, do medo, da insegurança, da sobrecarga dos sistemas de saúde para atendimento da população; o sistema não poderia parar, sob o argumento imoral de que a economia poderia “quebrar”, o sistema colapsar.

A justificativa, desumana e cruel, para enfrentar uma ameaça pandêmica com alto risco de contaminação, um vírus mortal, era unicamente econômica, a manutenção do lucro para o capital. Para Dunker (2022, p.181) com o neoliberalismo “Acabava-se assim a era da negociação mediada pelo Estado e começava um período no qual deveríamos voltar nossa confiança à mão invisível do mercado [...]”.Essa nova política coloca as mazelas como mola propulsora dentro da produção, a exemplo da pandemia de 2020, na construção/manutenção de ambientes insalubres, na prática do assédio moral, na criação de um ambiente de trabalho – e também da vida social, afetiva e pessoal- onde a competitividade impera e dela resultam,

dentre tantos fatores e processos: o adoecimento desses sujeitos, Antunes ( 2018, p.140) denuncia:

Espaços de trabalho propulsores de altos índices de desempenho e produtividade, estruturados com base em exigências que cada vez mais extrapolam as capacidades física e mental humanas, não conseguem se manter senão por meio de diferentes e sofisticados mecanismos de controle e coerção. O assédio moral é parte dessa engrenagem.

É importante também pontuarmos os dados epidemiológicos do ano de 2022, o relatório anual elaborado pelo Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (NAST), nele o perfil epidemiológico da RME aponta que a licença saúde representa o primeiro lugar com 78,65% dos afastamentos, ou seja o afastamento do trabalho refere ao adoecimento do/a próprio/a servidor/a. Na tabela abaixo podemos contatar os dados referente a 2022, quanto aos tipo de licença na rede:

**Tabela 2 – QUANTITATIVO DE LICENÇAS NO ANO DE 2022**

Tipos de Afastamento	Quant. de Documentos	%
Licença Acompanhamento	28	2,60%
Licença Saúde	910	78,65%
Readaptação Provisória	136	12,60%
Readaptação Definitiva	20	1,77%
Incapacidade Definitiva	16	1,59%
PCD	62	2,79%
<b>Total</b> 1.172 100%	1.172	100%

Fonte: Relatório anual NAST/SEMEC 2022.

O quadro acima aponta para os tipos de licença, seja por adoecimento próprio do/a servidor/a ou ainda para acompanhar familiar adoecido/a, concedidas aos/as trabalhadores da educação na RME em 2022, aponta para um quantitativo expressivo de afastamento em decorrência de adoecimento do/a próprio/a trabalhador/a, com um percentual de 78,65% , são pessoas que estiveram afastadas do espaço de trabalho no referido ano. Outro dado importante é o quantitativo de readaptações provisórias, correspondente a 12,60% do total de licenças, neste caso observa-se que trabalhadores/as da educação, em decorrência de processos de

adoecimento, estiveram afastados das funções de origem e foram realocados/as em outras atividades laborais para a manutenção da saúde e tratamento.

O relatório informa as categorias de trabalhadores/as mais acometidas: professoras/es licenciadas/os com 47,15% e agentes de serviços gerais com 25,16%. É importante pontuar, que o relatório não informa o quantitativo percentual de adoecimento dos/as professores/as pedagógicos, ou seja, o número de docentes adoecidos é maior, no entanto se considerarmos apenas a categoria de professores licenciados, o percentual já corresponde a praticamente metade de todos os adoecimentos na RME. Um dado alarmante e extremamente significativo dentro da discussão a respeito da saúde e trabalho docente.

O trabalho docente segue a mesma lógica de outras atividades trabalhistas, dentro do sistema capitalista. Castro e Brito (2013, p. 124) pontuam: “[...] o trabalho docente deve ser analisado como qualquer outro tipo de trabalho, trazendo implícitas na sua realização as divisões e fragmentações próprias do trabalho parcelado”. E afirmam:

[...] A análise do trabalho docente ultrapassa a análise de técnicas e procedimentos pedagógicos, do conhecimento como fonte do trabalho e da relação professor-aluno. [...] Por isso, para entendermos o trabalho docente é, necessário compreender que ele se institucionaliza a partir de várias dimensões, ou seja, a organização, os sujeitos, os objetos, os processos, os conhecimentos, as tecnologias e os seus resultados. (Castro e Brito, 2013, p.125).

O adoecimento do/a professor, tendo em vista as particularidades do fazer docente, dos sujeitos envolvidos nesta profissão, podem estar mais predispostos ao adoecimento. Esses profissionais vivenciam o processo doloroso, excludente e muitas vezes solitário do adoecimento, sobretudo no que se refere ao adoecimento mental. Estudos mostram que “cerca de 90% dos professores estão muito satisfeitos com seu trabalho. No entanto, 48% deles apresentam algum sintoma da síndrome do Burnout, revelando que, *no trabalho docente, caminham lado a lado prazer e sofrimento*” (Codo, 2004, p. 53. grifo nosso).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mudanças a nível local e mundial ocorrem a todo momento, sejam elas econômicas, culturais, sociais ou ainda fenômenos de ordem sanitária, como a pandemia da COVID-19, que refletem diretamente no ambiente escolar e conseqüentemente na saúde docente.

É extremamente necessário pesquisas envolvendo esta temática, que continuem a serem produzidas, não se pode normalizar o processo de adoecimento docente, tratá-lo como algo inerente a profissão; educar não deveria estar associado ao sofrimento e desgaste psíquico/físico, no entanto, torna-se urgente a busca por respostas e transformações para a compreensão desta realidade presente na educação, especialmente a educação pública.

A pandemia global ocasionada pelo coronavírus SARS-CoV-2 no ano de 2020, atingiu a vida e saúde, sobretudo a mental, dos sujeitos, de uma forma implacável; não sabíamos como lidar com as situações mais simples do cotidiano, a exemplo do ato de realizar compras. A rotina transformou-se completamente, havia um medo generalizado no contato com o outro, pouco se sabia a respeito das formas de transmissão do vírus, o cenário era devastador e em alguns momentos a sensação era de nenhuma esperança de retorno a vida “normal” que mantínhamos antes da pandemia.

A manutenção das relações sociais a distância, em um momento em que mais necessitávamos de acolhimento, dos pares, numa realidade de lutos e perdas constantes, não podíamos contar com um abraço, estivemos trancados.

No entanto em meio a dor e sofrimento, a um número estarrecedor de mortes diárias (em nível nacional e global), o sistema não apontava para uma trégua, a “voz do capital urgia” nas mídias proclamando um colapso da economia, caso os/as trabalhadores/as continuassem em casa, não podíamos parar, em meio a morte a vida deveria continuar, em meio ao medo pela vida, o neoliberalismo instaura outro medo: a quebra do sistema econômico. O mundo do trabalho, em condições de alta precariedade antes da pandemia, intensificou-se e expandiu-se.

As escolas, especialmente as públicas, foram as mais afetadas nesse período, sobretudo para o/a trabalhador docente, dentro de um contexto com espaços extremamente precários, com baixos salários, intensificação, adoecimento, entre tantos outros fatores

presentes na educação pública brasileira, viram-se ainda mais sobrecarregados no contexto pandêmico, com o ensino remoto ( sem uma formação prévia ou ainda um suporte material/humano).

O processo de intensificação das atividades laborais, agora dentro do lar destes/as trabalhadores/as, invadiu a vida privada, retirando o tempo de descanso; tudo isso em meio ao medo de perder entes queridos, um temor pela própria vida.

Diante do exposto, conclui-se que a pandemia além dos problemas de ordem sanitária, econômica e social a nível mundial, afetou também a vida e saúde de educadores/as, com o aumento em números de afastamentos e um maior índice de adoecimentos na RME. Essa constatação, deve propor um novo olhar e cuidados em toda dimensão humana para esta categoria nesse novo contexto pós-pandêmico. A pandemia, com o advento das vacinas foi atravessada, no entanto os resultados dos processos (a nível de trabalho e adoecimento), intensificados por esse momento, são bem atuais, fazem parte do presente e futuro. A discussão em torno do trabalho e adoecimento docente no período da pandemia e pós, deve continuar a ser construído e discutido dentro das pesquisas educacionais, não podemos naturalizar o que houve em 2020, não podemos aceitar como “normal” os processos de adoecimento de professores/as como inerente a profissão. É necessário fomentar mais discussões a respeito dessa temática, sobretudo na saúde do/a professor em um contexto pós pandemia na RMB.

Portanto, apontamos alguns aspectos importantes para o fortalecimento do trabalho docente na RMB: *a)* Formação política para leitura, análise e compreensão da realidade concreta considerando os condicionantes da atual sociedade capitalista e o trabalho docente, juntamente com os sindicatos, movimentos sociais e coletivos que defendem a vida, o trabalho, a saúde e dignidade humana dos/as trabalhadores/as docentes; *b)* Formação permanente sobre a condição, jornada de trabalho e adoecimento docente na RMB e possibilidades de resistências coletivas, compreendendo a escola e a comunidade como um território de luta, de aprendizagem e construção coletiva com todos/as os sujeitos históricos envolvidos/as no processo educativo; *c)* Fortalecimento da relação Universidade pública e RMB / Escolas públicas para fortalecimento das ações educativas, da profissão docente e políticas públicas para a defesa inalienável da educação pública, gratuita e socialmente

referenciada ; d) Criação e fortalecimento de políticas públicas para o cuidado e saúde integrativa da classe trabalhadora docente da RMB, considerando o ser humano em todas os setores da vida humana e suas diversas formas de sociabilidade a partir do trabalho, cultura, educação, saúde, lazer, saneamento, transporte público, tempo do não trabalho, dentre outros.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, R. *Capitalismo Pandêmico*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- Antunes, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Codo, W. (Org.). *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- COVID-19 no Brasil. Covid-19 No Brasil, 2023. Página Inicial. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 26 de out. de 2023.
- Dantas, M. M. F; Amazonas, M. C. L. *A Experiência do Adoecer: Os Cuidados Paliativos diante da Impossibilidade da Cura*. Rev Esc Enferm USP · 2016; 50 (n.esp): 047-053. Disponível em: [chrome extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/reusp/a/TW7pfNcTqthnWwhVFbhykmp/?format=pdf&lang=pt](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/reusp/a/TW7pfNcTqthnWwhVFbhykmp/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 16 abr. 2023.
- Diehl, L.; Marin, A. H. *Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura*. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v7n2/a05.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- Dunker, C. A hipótese depressiva. In SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- Laval, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*: tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- Lefebvre, H. *Logica Formal, lógica dialética*. 5.ed. Rio de Janeiro, 1991.
- Masson, G; Torriglia, P. L. *Formação e trabalho docente: tensões e perspectiva na educação brasileira*. Revista Educere Et Educare, Paraná, v. 18, n.47, p. 15-33, 2023.
- Macedo, Abadia de Fátima Rosa. *Processo saúde-doença do docente de universidade pública: Inquietações sobre o sofrimento psíquico na UFU*. Orientador: Lucianne Sant'Anna de Menezes. 2017. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6276605](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6276605). Acesso em: 13 abr. 2023.
- Matos, R.S. *Processos psicossociais de sofrimento e adoecimento em professores da rede pública de São Paulo durante a pandemia*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia da Educação, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11667632](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11667632). Acesso em: 13 abr. 2023.
- Mészáros, I. *A crise estrutural do capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Melo, Juliana Rízia Félix de. *Preconceito flagrante e fútil frente à esquizofrenia: Explicações com base em crenças causais e estereótipos*. Orientador: Silvana Carneiro Maciel. 2017. Tese (Doutorado) – Curso de Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5011579](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5011579). Acesso em: 13 abr. 2023.
- MAIA, Heribaldo. *Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades*. Recife: Ruptura, 2022.
- Murta, C. *Magistério e sofrimento psíquico: contribuição para uma leitura psicanalítica da escola*. In: Anais do Colóquio do LEPSI IP/FE-USP, São Paulo, v. 3, 2001. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000032001000300031&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000032001000300031&script=sci_arttext). Acesso em: 05 mar. 2023.
- Minayo, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: Deslandes, S. F.; Neto, O. C.; Gomes, R.; Minayo, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

- Castro, A. M. D. A; Brito, F. E. As condições do trabalho docente em tempos de reestruturação produtiva: foco na educação básica do RN. In Neto, A. C; Oliveira, D. A; Vieira, L. F. (Orgs.). *Trabalho Docente: Desafios no Cotidiano da Educação Básica*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
- Oliveira, D. *A reestruturação da profissão docente no contexto da Nova Gestão Pública na América Latina*. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 27, n. 53, p. 43-59, set./dez. 2018
- Oliveira, D. A. *Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia*. Revista USP, São Paulo, n. 127, p. 27-40, out/nov/dez.2020.
- Oliveira, E.; Santos, V. M. *Adoecimento mental docente em tempos de pandemia*. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 39193-39199 apr 2021.
- Secretaria Municipal de Educação – SEMEC. 2021. Relatório anual do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador - NAST. Belém-Pa.
- Tostes, M. V *et al.* *Sofrimento mental de professores do ensino público*. Saúde Debate, Rio De Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan-mar.2018.